



NOTA DE IMPRENSA

Presidente da Câmara de Almada contra concessão da água a privados

Face às recentes declarações do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, Jorge Moreira da Silva, relativas ao processo de reestruturação do setor de abastecimento de água para consumo humano, o Presidente da Câmara Municipal de Almada entende reafirmar publicamente a posição de frontal oposição ao processo de concessão a interesses privados da gestão do ciclo urbano da água para consumo humano e do saneamento básico que o Governo desencadeou, reiterando a intransigente defesa do serviço público e municipal – como acontece em Almada – enquanto garantia de um acesso universal e equitativo a este recurso natural indispensável à sobrevivência humana.

O Presidente da Câmara Municipal de Almada rejeita a afirmada intenção do Governo de promover um brutal aumento do custo da água para muitas centenas de milhares de consumidores, por constituir um fator socialmente injusto, iníquo e desadequado relativamente à inequívoca dimensão social de que se deve revestir a gestão deste recurso indispensável à vida.

O Presidente da Câmara Municipal de Almada sublinha igualmente a oportunidade e justeza das palavras do Presidente do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), segundo as quais a decisão tomada pelo Governo enferma de vício de inconstitucionalidade, designadamente no que se refere às alterações das competências da entidade reguladora do setor que ferem a autonomia e as competências próprias dos municípios definidas na Lei e na Constituição da República Portuguesa, afirmando o apoio às iniciativas a desencadear pela ANMP no sentido da fiscalização da constitucionalidade da decisão do Governo pelo competente Tribunal Constitucional.

Almada, 12 de dezembro de 2013
Câmara Municipal de Almada